

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Fim de 2015, início de 2016... Motivos para lutar não nos faltam!

Fórum das Seis indica às categorias que realizem assembleias no início do ano para debater a conjuntura e a nossa organização

Na última reunião com o Cruesp, no dia 7/10/2015, o Fórum das Seis cobrou o funcionamento dos Grupos de Trabalho acordados durante as reuniões da data-base deste ano: Permanência Estudantil, Isonomia, SPPrev/Assuntos de aposentadoria.

Embora o Fórum tenha enviado todos os nomes para compor os GT, até aquele momento nenhuma reunião havia sido marcada. O objetivo é discutir nestes GT princípios e políticas para cada um dos temas, que possam ser trazidos para uma mesa conjunta Fórum/Cruesp, na perspectiva de tratamento isonômico nas três universidades.

Na reunião de 7/10/2015, os reitores concordaram com a necessidade de agendar para breve as reuniões dos três GT, porém, já se passaram quase dois meses desde então e nada ocorreu. Em ofício datado de 30/11/2015, a coordenação do F6 voltou a cobrá-los sobre isso.

Mas este não é o único elemento a merecer destaque neste momento.

A data-base deste ano e o que vem por aí

A postura dos reitores na mesa de negociação da data-base 2015 guardou relação direta com nossa forte greve em 2014. Não tiveram coragem de “propor” zero novamente, mas sentiram-se à vontade para parcelar o índice Fipe, ainda que o cenário fosse – e continue sendo – de inflação crescente, o que contribuirá para corroer ainda mais nossos salários. Por outro lado, a disposição que os reitores tiveram em negociar com o F6 neste ano foi diretamente proporcional ao tamanho da nossa mobilização. Por certo, nossa reação foi determinada por um natural refluxo após a longa greve do ano passado, entre outros fatores, que impediram uma ação mais forte do conjunto das categorias, de forma unificada.

Neste ano, as três universidades viveram novos capítulos na política de desmonte que vem ganhando espaço a cada dia. Em vez de expor publicamente a política do governo, que é a de expandir cursos e vagas sem a contrapartida de recursos, os reitores preferem atacar direitos e salários dos trabalhadores. Sob a alegação da



necessidade de “conter gastos”, eles vêm adotando medidas desastrosas que, se não combatidas e revertidas, levarão ao desmonte deste patrimônio da sociedade.

É o caso do enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões e mortes, entre outras). O descumprimento de acordos celebrados – como a não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos, o congelamento das carreiras na Unesp –, bem como a retirada de direitos (corte de vagas nas creches da USP, redução do atendimento na Unesp), o avanço da terceirização, da repressão e do assédio moral sobre os três segmentos, dentre outros, fazem parte destes ataques.

Crise de financiamento

As medidas que vêm sendo tomadas pelas reitorias, mais acentuadamente a partir de 2014 – como as citadas acima –, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam sua incapacidade e desinteresse em lutar efetivamente por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida.

Agora, quando os discursos de “crise” ecoam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Mas é preciso que fique muito claro: estamos diante de uma crise de financiamento e não de uma crise financeira. E não somos nós, e nem a sociedade paulista, que devemos pagar por ela!

Nunca é demais lembrar que, nos últimos anos, o Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades. O índice de 9,57% do ICMS – Quota Parte do Estado, fixado após muita luta em 1995, revela-se insuficiente para manter estas instituições nos patamares exigidos pelo



ensino, pesquisa e extensão. Cenário, aliás, que se agravou pelo fato de o governo Alckmin não ter cumprido com a palavra empenhada nos processos de expansão

A reivindicação defendida pelo Fórum das Seis nos últimos anos é de aumento do percentual dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE.

Também é fundamental a defesa de mudança na interpretação que, muito convenientemente, o governo faz do texto do artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo exclui da base de cálculo dos atuais 9,57% o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes do produto do ICMS, tais como: multas e juros de mora do ICMS pago em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre outras. Curioso observar que todas estas alíneas são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios).

Por conta disso, em 2016 vamos continuar defendendo que o texto da LDO incluía a expressão “total do produto do ICMS”, para garantir que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios.

Pressionados pela força da greve de 2014 e pela fragilidade de sua argumentação sobre “falta de recursos”, os reitores tiveram que mudar sua postura. De total omissão diante do problema, adotaram propostas parecidas às do Fórum das Seis e as defenderam, de forma bastante tímida, junto ao governo e à Assembleia Legislativa. É imperioso, no entanto, que assumam uma postura mais ativa sobre isso.

Cenário nacional

A escalada conservadora nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza não é fato isolado no cenário, mas sim um de seus desdobramentos.

Em consonância com o atual contexto de crise financeira internacional, a sociedade brasileira encontra-se diante de uma conjuntura política, econômica e social bastante delicada, perpassada por contradições profundas, que, em meio à legítima indignação de parte considerável da população quanto às denúncias de corrupção – envolvendo parlamentares, escalões de governo em todos os níveis e empresas públicas e privadas –, vê o crescimento de iniciativas conservadoras que podem comprometer direitos fundamentais da classe trabalhadora.

É o caso da tramitação de projetos no Congresso Nacional, como o PL 4.330 (ampliação da terceirização), a PEC 395/2014 (que permite às universidades públicas cobrarem taxas e mensalidades de cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais), do PLC 77 (que estabelece diretrizes privatizantes para o “Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” e legislações do setor), entre outras.

Assembleias de base

O Fórum das Seis orienta as entidades a realizarem assembleias de base no início de 2016, para debater a conjuntura e formas de impulsionar nossas lutas no próximo ano.

Moção do Fórum

Reestruturação da rede: A comunidade deve ser ouvida

O Fórum das Seis, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), manifesta sua preocupação com a imposição de uma drástica reestruturação na rede estadual de educação de São Paulo, sem que a comunidade – profissionais das escolas, pais e estudantes – tenha sido ouvida.

As dezenas de ocupações de escolas em várias cidades – protagonizadas por estudantes e apoiadas por pais e professores – são a expressão da urgente necessidade de debate sobre o tema, em especial com as entidades representativas dos segmentos diretamente envolvidos.

O Fórum das Seis é contrário ao fechamento de escolas e apoia a reivindicação que vem unificando as ocupações: parar imediatamente o processo de reestruturação e abrir amplamente o debate sobre as medidas com a comunidade no decorrer de 2016. Neste sentido, a



realização de debates nas escolas e de audiências públicas em todo o estado seria um bom caminho.

Por fim, o Fórum das Seis repudia o uso de quaisquer medidas repressivas contra os estudantes e conclama o governador do Estado, Geraldo Alckmin, e o secretário da Educação, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, a dialogarem com a comunidade!